Atas do X Congresso da LUSOCOM – Comunicação, Cultura e Desenvolvimento

LISBOA, ISCSP, 27-29 DE SETEMBRO DE 2012

TERRA, Ana Lúcia; SILVA, Armando Malheiro da – "Informação/Comunicação na dinâmica pública dos Estados e das Organizações Supraestatais: conceitos operatórios e método de pesquisa em Ciência da Informação". CONGRESSO LUSOCOM, X, Lisboa, 2012. – *Comunicação, Cultura e Desenvolvimento* [CD-ROM]. 14 p.

Informação/Comunicação na dinâmica pública dos Estados e das Organizações Supraestatais: Conceitos operatórios e método de pesquisa em Ciência da Informação

Ana Lúcia Terra
Escola Superior de Estudos Industriais e de Gestão do Instituto Politécnico do Porto / CETAC.MEDIA
Armando Malheiro da Silva
Faculdade de Letras da Universidade do Porto / CETAC.MEDIA

Resumo
Tomando como ponto de partida uma pesquisa centrada nas políticas de informação e de comunicação da União Europeia e com uma abordagem assumidamente de Ciência da Informação (CI), aplicando o método quadripolar de investigação científica, será
reformulado o conceito de política(s) de informação e confrontado com outros conceitos afins. Através de um exercício hermenêutico, procurar-se-á validar um modo de abordar os binómios informação-cultura e informação-comunicação no âmbito da ação pública dos Estados, na relação infocomunicacional que este estabelece com os cidadãos.
No campo de estudo da CI, é imperativo inserir os binómios informação-cultura e informação-comunicação, suas manifestações e práticas sociais e políticas centradas na dinâmica pública dos Estados e de organizações supraestatais, como a União Europeia.

Ciência da Informação: um *locus* científico para o estudo das políticas de informação

Tomando como ponto de partida a Ciência da Informação (CI) enquanto Ciência Social aplicada, com um *core* unitário, bem como um *corpus* teórico-metodológico próprio e consistente, nesta abordagem, opta-se pela definição trabalhada pelos autores da Escola do Porto: «[...] uma ciência social que investiga os problemas, temas e casos relacionados com o fenómeno infocomunicacional percetível e cognoscível através da confirmação ou não das propriedades inerentes à génese do fluxo, organização e comportamento informacionais (origem, coleta, organização, armazenamento, recuperação, interpretação, transmissão, transformação e utilização da informação)» (Silva, 2006, p. 140-141)

A CI, definida nestes termos, apresenta-se como o *locus* científico adequado para o estudo das políticas de informação, as quais terão de atender aos processos de criação, comunicação/transmissão, de uso da informação e de conservação. Decorre desta

ISCSP CAPP FCT SOPCOM INTERCOM

postura que as políticas de informação não se podem ficar pela orientação patrimonialista e custodial obrigando-se a uma postura científica, dinâmica e pós-custodial própria de uma Sociedade da Informação pós-industrial e em rede.

Neste sentido, compreende-se e fundamenta-se a necessidade de políticas de informação desde a fase de criação da informação até às etapas do acesso e assimilação/transformação, englobando elementos relacionados com o processo infocomunicacional que não deve ser separado do fenómeno informação.

A informação, entendida como fenómeno e processo, definida como «[...] conjunto estruturado de representações mentais e emocionais codificadas (signos e símbolos) e modeladas com/pela interação social, passíveis de serem registadas num qualquer suporte material (papel, filme, banda magnética, disco compacto, etc) e, portanto, comunicadas de forma assíncrona e multidireccionada » apresenta-se como o objeto de estudo da CI (Silva, 2006, p. 25). Mas este objeto abarca também o "fenómeno infocomunicacional", na sua globalidade integral, o que significa o alargamento ou pelo menos uma ênfase mais pronunciada nos aspetos relacionados com o acesso e o uso dos sujeitos que utilizam a informação e que a comunicam, transformando-a e transmitindo-a. O realce dado ao fenómeno infocomunicacional é particularmente importante para a análise da política de informação das instituições europeias, o estudo de caso que serve de mote a esta reflexão, pois estas caminharam no sentido da formulação de uma política informação, que se foi progressivamente reconfigurando numa política de comunicação, centrada nos elementos de transmissão da informação aos cidadãos e na sua potencial transformação em apoio implícito e explícito ao aprofundamento do projeto de integração.

A informação apresenta-se como fenómeno – dado, facto, referência (conjunto lato de representações) – e como processo – produz-se, memoriza-se e recupera-se dinamicamente. Esta representação epistemológica da informação como fenómeno e processo gerado, transformado, difundido e transferido por diferentes suportes e modelos tecnológicos, implica que a informação precede e "substancializa" o documento. Tal premissa não é inócua para a definição de política de informação, pois esta viragem significa também a transição de políticas de informação, ou melhor, de políticas de documentação, centradas na conservação dos suportes, de documentos, para políticas de informação vocacionadas para o acesso, com a vertente comunicacional cada vez enfatizada.

Assim, a informação, enquanto fenómeno humano e social, não pode ser desligada da comunicação nem do conhecimento mas articula-se com estes conceitos complementares através de um conjunto de propriedades intrínsecas: estruturação pela ação (humana e social), integração dinâmica, pregnância, quantificação, reprodutividade, transmissibilidade (Silva, 2006, p. 25).

As duas primeiras propriedades da informação – estruturação pela ação e integração dinâmica – remetem para uma contextualização sócio-cultural do ato informacional, sendo necessário conhecer os fatores internos e externos que modelam a informação enquanto fenómeno e processo. Para este estudo, isto implica a necessidade de conhecer o cenário histórico, político e social, numa lógica não apenas de contextualização, mas também de compreensão da política de informação da União Europeia (UE), permitindo avaliar o impacto das forças contextuais na definição do seu conteúdo. Paralelamente, o conhecimento da política de informação da UE permitirá um máximo entendimento da génese e do fluxo dessa informação.

Esta orientação exige a compreensão de que a política de informação está naturalmente presente, de forma implícita ou explícita, estruturada ou desconexa, na sociedade e nas organizações, determinando as formas de divulgação, de acesso bem como de uso/transformação da informação, em termos limitados ou alargados, por parte dos indivíduos. Se considerarmos novamente como propriedades da informação a estruturação pela ação (humana e social), a integração dinâmica e a pregnância, esta transversalidade da política de informação originada pela organicidade e funcionalidade do processo infocomunicacional torna-se mais óbvia e clara.

Para o conhecimento multidimensional, enfocado na compreensão e na interpretação, do objeto da CI, importa escolher um método adequado, capaz de sustentar uma análise qualitativa e quantitativa. O método de investigação quadripolar estruturado à volta de quatro pólos de abordagem (o pólo epistemológico, o pólo teórico, o pólo técnico e o pólo morfológico) que estabelecem interações entre si apresenta-se como um dispositivo idóneo (De Bruyne, Herman, De Schoutheete, 1974), tendo sido usado com proveito em abordagens de CI (Silva, Ribeiro, 2002; Silva, 2006; Terra, 2008).

O pólo epistemológico delimita a construção do objeto científico e da problemática de investigação e estabelece as regras de produção e de explicação dos factos bem como de compreensão e de validação das teorias. O paradigma científico e pós-custodial, informacional e dinâmico configura o pólo epistemológico desta pesquisa.

CAPP FCT SOPCOM INTERCOM

O pólo teórico diz respeito aos quadros de referência que inspiram, enquadram e orientam o percurso de investigação, permitindo a formulação de enunciados interpretativos dos factos e a definição de soluções provisórias para os problemas. Aqui, opera-se a elaboração de hipóteses e a construção de conceitos. A teoria deve constituir um conjunto integrado de proposições com relações lógicas entre si, evitando lidar com elementos parcelares desagregados. A Teoria Sistémica, através da qual se pode obter uma representação dinâmica da realidade, com a visualização de interconexões implícitas e explícitas de elementos internos e externos, evitando perceções estáticas, redutoras e simplistas, evidencia potencialidades satisfatórias. Esta tem sido apresentada como um modelo conceptual válido para analisar o processo infocomunicacional, os sistemas políticos (Easton, 1974) e a integração europeia (Quermonne, 2005).

O pólo técnico ocupa-se dos procedimentos de recolha dos elementos colhidos da realidade observável, através de um conjunto variado e completo de instrumentos e técnicas metodológicas, e convertidos em discurso inteligível e explicativo, com recurso à validação de hipóteses, modelos e teorias, da problemática formulada como desafio central da pesquisa. Os dados têm de ser pertinentes em relação a determinadas hipóteses teóricas para poder assumir o papel de factos, servindo, então, de confirmação ou de refutação dessas hipóteses.

No pólo morfológico, ocorre a objetivação da problemática com a organização e exposição dos resultados. Procede-se à análise das informações recolhidas, comparando os resultados observados com os que eram expectáveis através da formulação das hipóteses. Elaboram-se conclusões de modo a sintetizar o conhecimento do objeto de estudo que o percurso de investigação facultou.

É à luz deste aparato teórico e metodológico que irá ser apresentada uma análise sucinta da relação infocomunicacional que as instituições criadas no âmbito do projeto de integração europeia estabeleceram (procuraram estabelecer ou afirmam procurar estabelecer) com os cidadãos dos Estados-Membros. Contudo, antes, torna-se necessário proceder a um exercício de reflexão sobre os conceitos envolvidos nessa relação infocomunicacional, em especial as noções de política de informação e de regime de informação, incluindo as suas inter-relações com os binómios informação-cultura e informação-comunicação no âmbito da ação pública dos Estados, usando uma perspetiva de CI.

Políticas de Informação e Ciência da Informação

A integração da temática das políticas de informação no campo disciplinar da CI é comprovada pela significativa produção editorial que lhe diz respeito (Rowlands, 1997). Alguns autores consideram esta temática como um elemento nuclear no desenho dos currículos de formação dos profissionais da informação e uma área de investigação natural da CI. A este propósito Borko afirmou que «Information policy, with its implications at the local, state, regional, national and international levels», representa um dos cinco assuntos mais relevantes no desenho do currículo de formação dos profissionais da informação (Apud Duncan, 1991, p. 153-154).

Para Burger, a CI apresenta-se como um campo científico passível de fornecer uma visão integradora das políticas de informação (Burger, 1993, p. 6). Também Doty e Wyllys (2004) consideram que a CI responde justamente a este potencial, ao fornecer novas perspetivas à análise das políticas de informação incluindo, por exemplo, as competências para o acesso e uso da informação nas organizações, bem como a natureza, o papel e o uso da informação ou o comportamento informacional dos utilizadores, além da criação e da preservação de conteúdos.

Política(s) de informação e outros conceitos

Uma das preocupações dos autores que se debruçam sobre a temática das políticas de informação tem sido a definição do conceito e as componentes que o configuram. Contudo, deste exercício sobressai a evidência da falta de unanimidade quanto ao seu âmbito de aplicação, com o uso da expressão política de informação para referir realidades e contextos bastante distintos. Por outro lado, na maioria dos casos, os autores não têm a preocupação de explicitar nem de fundamentar as suas opções metodológicas e as perspetivas teóricas que orientaram a sua investigação.

Esta pluralidade sustenta algumas visões muito críticas, bem sintetizadas por Browne (1997, p. 270), afirmando que «[...] there is a feeling of discomfiture in a field in which researchers are unable to even broadly indicate the substance of what it is they desire to study».

Já Frohmann, criticando o que ele designa de "disciplinary culture of complaint", ao considerar excessiva a ênfase colocada pelos estudiosos da CI na complexidade e na

falta de *core* para o âmbito temático das políticas de informação, aplicou a designação "regime of information" ao campo tradicionalmente designado de política(s) de informação. De acordo com a sua definição, regime de informação deve ser considerado «(...) any more-or-less stable *system* or *network* in which information flows through determinable channels — from specific producers, via specific organizational structures, to specific consumers or users — a *regime of information*. Radio and television broadcasting, film distribution, academic publishing, libraries, transborder data flows, the emerging infobahn: these are all nodes of information networks, or elements of specific regimes of information» (Frohmann, 1995). Recorre às noções de sistema e de rede, além de procurar abranger todas as etapas e os atores envolvidos na produção, organização, disseminação e uso da informação, considerando a complexidade advinda do uso das Tecnologias da Informação e Comunicação.

A reflexão deste autor baseia-se essencialmente numa posição crítica relativamente às análises das políticas de informação conduzidas no âmbito da CI porque parece considerar este enquadramento teórico e metodológico incapaz de apreender e de elucidar as dinâmicas intrínsecas e extrínsecas de qualquer política de informação enquanto construção social que sustenta formas de poder, mas que também é determinada por essas mesmas configurações de poder. Contudo, Frohmann não deixa clara a conceção de CI em que se baseia, aliás nem parece preocupar-se com isso.

Parece-nos, no entanto, que, se entendermos a CI nos termos explicitados acima pelos autores da Universidade do Porto e tomarmos como modelo de análise a Teoria Sistémica, poderemos alcançar uma representação dinâmica da realidade, com a visualização de interconexões implícitas e explícitas de elementos internos e externos, evitando perceções estáticas, redutoras e simplistas das políticas de informação. Simultaneamente, a Teoria Sistémica pode ajudar a desvendar e a um melhor entendimento das relações entre os níveis micro e macro, à luz das várias tipologias de sistemas, de forma mais satisfatória do que a Teoria Ator-Rede invocada por Frohmann, mas já alvo de uma reflexão crítica por parte dos seus ideólogos (Law; Hassard, 2005, p. 1-25).

Frohmann parece considerar exageradas as preocupações das abordagens da CI às políticas de informação no que diz respeitos aos aspetos epistemológicos, pois entende que na prática a realidade política não atende nem tira proveito deste investimento conceptual (Frohmann, 1995).

CAPP FCT SOPCOM INTERCOM

Também Braman (1990, 2004) defende que assistimos ao emergir de um regime político de informação global. O modelo de "regime de informação" é ainda subscrito por González de Gómez (2002) e no seu texto mais recente sobre a matéria Rowlands (2003, p. 136) aponta igualmente para a utilização deste conceito, afirmando «Consensual approaches to thinking about a particular issue area in ways that provide a basis for decision making are called "regimes". A regime may thought of as a framework of shared values and assumptions that sets the context within specific laws and policies are developed». Ao aludir aos aspetos relacionados com as questões dos valores Rowlands parece recuperar uma das componentes básicas da formulação inicial da Teoria dos Regimes, chamando também a atenção para os aspetos relacionados com os princípios e as ideologias implícitas ou explicitas na formulação de políticas aplicáveis à área da informação. Paralelamente, o uso do conceito regime de informação procura congregar a multiplicidade de elementos presentes no campo tradicionalmente designado por políticas de informação. Assim, o uso do singular em regime de informação tenta ultrapassar a complexidade transmitida pela expressão no plural de políticas de informação.

Frohmann reprova ainda o facto de alguma literatura da CI enquadrar as políticas de informação apenas no âmbito governamental, ignorando a intervenção de outros atores do setor privado, sobretudo quando a informação é considerada um bem com valor económico. Concordamos com esta análise, sobretudo se tivermos em conta que, no caso da economia da informação, com a perspetiva neo-liberal atualmente dominante, o Estado tem apenas um papel regulador, em muitos casos limitado. No entanto, já não subscrevemos a sua crítica à ênfase colocada pela investigação da CI no que respeita ao *focus* epistemológico das políticas de informação. Na opinião do autor, para os atores políticos, esta abordagem não é significativa em termos de ação e, por isso, torna-se pouco necessária. Todavia, parece-nos que justamente um dos principais objetivos dos analistas das políticas de informação deve ser demonstrar com rigor qual o âmbito epistemológico desta área de intervenção política. Também a tónica colocada nos aspetos instrumentais das políticas de informação, como a implementação de tecnologias de comunicação ou a gestão e o acesso à informação governamental, é alvo de crítica por parte de Frohmann. Mas é natural a atenção das abordagens da CI a estes aspetos, pois eles dizem respeito ao núcleo duro das políticas de informação.

Esta abordagem de Frohmann conjuga o uso da Teoria Ator-Rede com a Teoria dos Regimes, na análise às políticas de informação, procurando atender aos aspetos sociais,

técnicos e conceptuais. No entanto, o autor só usou esta abordagem no estudo da rádio e das designadas "autoestradas da informação". Portanto, a sua aplicabilidade a todos os campos da política de informação ainda está demonstrada de forma muito pontual.

Tendo como substrato a noção de informação explicitada atrás bem como a Teoria Sistémica adotada, o conceito de política de informação possibilita a abrangência de domínios mais latos. Aqui, poderá fazer-se uma aproximação ao binómio informação-cultura, considerando que a política de informação visa reforçar ou reconfigurar os dois capitais da cultura formatados por Edgar Morin: o cognitivo-técnico (saberes, práticas, regras, saber-fazer) e o mitológico e ritual (crenças, normas, proibições, valores) (Apud Silva, 2006, p. 15-16). No caso do projeto de integração europeia, a política de informação das suas instituições de governo, em específico da Comissão Europeia, promove, num primeiro patamar, a formação do capital cognitivo e técnico da cultura alicerçado num saber sobre a "coisa" europeia, impulsionador, num segundo momento, de um capital mitológico e ritual de identificação com os valores da construção europeia, conduzindo a uma identidade europeia, consubstanciada na própria ideia de Europa e de cidadania europeia. A valorização da teoria sistémica como recurso interpretativo e explicativo da CI, não exclusivo mas identitário, proporciona uma abordagem construtivista e religadora de conceitos distintos, numa aproximação holística própria do pensamento complexo.

A política de informação pode ser entendida como o conjunto estruturado de princípios, normas, ações e instituições que enquadram o processo infocomunicacional (incluindo a produção, organização, acesso e uso da informação) num contexto determinado (Estado ou organização nacional ou internacional) tendendo para a otimização do aproveitamento deste recurso de acordo com objetivos globais pré-determinados.

Convém ainda ter presente uma distinção operatória importante no âmbito deste contributo: a diferença plasmada na língua inglesa entre *policy* e *politics*, que é a diferença entre as medidas adotadas para implementação de uma estratégia ou plano politico/governativo (e ideológico) e as instituições criadas como instâncias efetivas de Poder e geridas para que essa implementação seja cumprida. A expressão "políticas de informação" tem claramente a ver sobretudo com as medidas de implementação e que são complementares do papel de mediação político-social que certos organismos desempenham por serem criados para tal no setor infocomunicacional.

CAPP FCT SOPCOM INTERCOM

A política infocomunicacional das instituições europeias

A partir dos pressupostos teóricos e metodológicos enunciados até agora, é possível trabalhar a compreensão dos conceitos, modelos e estruturas organizacionais relativas à política de informação de uma organização supraestatal específica – a UE, procurando entender o que são, como se desenvolvem e que campos envolvem. Num estudo de caso foi, então, possível analisar a formulação das políticas de informação da UE com base nos processos de planificação, criação e execução, considerando os fatores políticos e institucionais envolvidos (Terra, 2008, p. 159-464).

Numa perspetiva de integração e de inter-relação do sistema com as suas partes, conjugaram-se as estruturas que suportam a adoção e a implementação das políticas de informação na UE com os subsistemas das unidades de informação que dão corpo às formulações políticas. Criaram-se também as condições para esclarecer como é que estas estruturas moldaram as políticas e em que medida o inverso se verifica, ou seja, como é que as políticas moldam, de facto, as estruturas, numa dinâmica de *input/output* inerente a qualquer sistema.

Para tal iniciou-se uma visão diacrónica, partindo da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA) até à configuração atual da UE, de modo a alcançar novos conhecimentos e formas de compreensão das políticas de informação presentes no projeto europeu, numa perspetiva global e integradora, relacionando-as com políticas da UE para outros setores, visto que as decisões sobre informação apresentam um impacto significativo em diversos contextos.

Apesar do Tratado de Paris (1951) não ter nenhum ponto aplicável à criação de uma política de informação para a CECA, Jean Monnet demonstrou desde o início preocupação com as questões de imprensa e informação. Para o efeito criou um Serviço de Impressa e Informação, sob a égide da Alta Autoridade da CECA, que, reconfigurando-se ao sabor das dinâmicas institucionais, perdurou no tempo e hoje está materializado na DG COMM, a Direção-Geral de Comunicação da Comissão Europeia.

A política de informação das instituições europeias posicionou-se desde o início num paradigma pós-custodial e informacional. De fato, o acesso à informação por parte de todos constituiu um elemento fundamentador da sua ação. Esta estratégia materializou-se através de iniciativas diversas, como por exemplo a criação de uma infraestrutura documental de divulgação e apoio à construção do projeto europeu. Na década de noventa do século passado, traduziu-se num uso pioneiro Internet, com a criação do

Portal EUROPA, e conduziu, no dealbar do século XXI, à ênfase na transparência, possibilitando uma consulta alargada por parte do público em geral à globalidade dos documentos produzidos pelas instâncias europeias.

Uma distinção basilar das iniciativas nesta área assenta na diferenciação da informação de índole jornalística da informação em profundidade. Distinção baseada numa visão dicotómica dos públicos: enquanto a informação jornalística está destinada o público em geral, a informação em profundidade dirige-se aos designados "multiplicadores", passíveis de assimilar um conhecimento mais complexo sobre o projeto europeu e de funcionarem como difusores de ideias de apoio ao seu aprofundamento.

Combater a ignorância e promover o conhecimento do público sobre o projeto europeu constituem objetivos estáveis da política de informação das instâncias europeias. Se, no início, se tratava de formar uma opinião pública habilitada para compreender e dar apoio à construção europeia, a partir da década de oitenta, mas sobretudo a partir da seguinte, a preocupação passou a centrar-se na formação de cidadãos europeus.

Na realidade até aos anos noventa, imperou uma orientação funcionalista acentuando o sucesso das decisões concretas, de acordo com o "método Monnet" baseado em conquistas progressivas e encadeadas. Assim, o projeto de integração era apresentado como irreversível e sem alternativas. A construção europeia desenhada com base numa racionalidade utilitária inquestionável dava-se a conhecer à opinião pública dos Estados-Membros almejando o seu apoio legitimador. O cidadão não era chamado a escolher entre diversas soluções mas apenas a reforçar o processo em marcha.

A partir da última década do século XX, a proximidade com os cidadãos, a transparência e uma maior atenção aos diferentes contextos nacionais e regionais, onde a informação era assimilada, marcam uma inflexão nesta ação política.

Tendo em conta a definição de política de informação explicitada acima e com base na investigação realizada (Terra, 2008, p. 159-464), verifica-se que o projeto europeu definiu um conjunto estruturado de princípios e normas para otimizar o aproveitamento dos recursos de informação, no processo infocomunicacional interno e externo, de acordo com objetivos pré-determinados. No entanto, em termos de ações e de infraestrutura, ao longo dos anos, a multiplicação das redes de informação demonstrou que a Comissão não conseguia conceber uma política de informação global e abrangendo todos os seus serviços e as outras instituições da União.

Os elementos centrais da política de informação foram delineados ainda no âmbito da CECA, preconizando-se a utilização de publicações, dos mass-media, de filmes, de

exposições, de visitas e mais recentemente da Internet como canais de comunicação privilegiados. A utilização de unidades de informação, organizadas em redes ainda que pouco estruturadas, começou, igualmente, nos anos sessenta, tal como a definição de grupos alvos prioritários, ainda que o seu leque se fosse alargando. Assim, partindo dos meios sindicais, universitários e dos jovens, passou, depois, a abranger os consumidores, as mulheres, os meios industriais e de negócios, os ambientalistas, entre outros.

Deveremos ainda ter em conta que, entre a década de cinquenta e o início do novo milénio, a política de informação foi-se transformando numa política de informação e comunicação, afirmando-se atualmente como uma política de comunicação. Assim, recordando a definição de CI, que explicitámos atrás, a qual estuda o fenómeno infocomunicacional, consideramos que se trata de um âmbito científico passível de conferir inteligibilidade ao nosso objeto de estudo.

De facto, a formulação da política de informação europeia sempre teve subjacente a ideia de que as necessidades de informação do público correspondiam a informação capaz de suscitar um sentimento positivo acerca da integração europeia. Contudo, o que a política de informação europeia enfatiza é a informação promocional, no sentido de marketing político, em detrimento de informação direcionada para as necessidades do público claramente identificadas através de estudos científicos. Paralelamente, as instituições de Bruxelas entendiam o processo de informação num sentido unidirecional pois esperava-se produzir um determinado efeito sobre um recetor "ideal", na medida em que não se faziam distinções entre os múltiplos contextos nacionais, descurando-se os aspetos culturais, emocionais ou cognitivos, apesar de haver a diferenciação entre categorias profissionais ou faixas etárias.

Neste processo infocomunicacional, saliente-se que as instituições europeias sempre utilizaram canais de informação exteriores a si para chegar aos cidadãos. Aliás, a criação de redes de informação insere-se claramente nesta dinâmica pois recorria-se a instituições pré-existentes suscetíveis de estarem bem integradas nos meios sócio-profissionais em que se procurava difundir a mensagem comunitária. No entanto, a seleção das mensagens transmitidas e dos canais utilizados sempre constituíram competências da alçada das instâncias comunitárias, criando uma política de transmissão da informação vertical e unidirecional.

A partir dos anos setenta, o enfoque no estabelecimento de um diálogo com o público, ou pelo menos na sua escuta, começou a ganhar terreno no discurso político sobre esta

área. A partir de meados da década de oitenta, esta dinâmica acentua-se pois o binómio informação/comunicação começa a ganhar centralidade, demonstrando uma postura mais orientada para cativar os cidadãos em relação aos assuntos europeus mas também abrindo um espaço de diálogo, implicando a escuta atenta dos recetores da informação europeia e uma atenção especial ao lado emocional do público em geral. Ainda na década de oitenta, a informação dos meios empresariais torna-se prioritária pois era necessário criar uma infraestrutura de conhecimento para o funcionamento do mercado único. Para o efeito, foram criadas redes de informação especializadas em assuntos económicos.

Na década de noventa, os aspetos relacionados com a informação e a comunicação ganharam um relevo acentuado na UE em virtude das dificuldades na ratificação do Tratado de Maastricht. Tinha acabado o "consenso permissivo" das opiniões públicas nacionais substituído por um sentimento de questionamento e/ou de desconfiança sobre a integração europeia. Por esta altura, começa também a discutir-se o *deficit* democrático associado, em parte, às questões de informação e comunicação.

À política de informação competia, agora, criar condições para facilitar a intervenção dos cidadãos no debate sobre a construção europeia, com base em conhecimentos factuais. O público-alvo passou a ser o cidadão com direitos e responsabilidades políticas e não um simples cliente a quem se pretendia vender as vantagens de um conceito. Neste contexto, a Comissão Europeia formulou uma política baseada no trinómio informação/comunicação/transparência, reforçado com o apelo à participação dos cidadãos, depois dos problemas na ratificação do Tratado Constitucional.

No início do novo milénio, o discurso político assume o reforço da participação dos cidadãos como um alicerce da boa governança. Para criar um contexto propício, a Comissão faculta o acesso através da Internet a informações acerca da elaboração das políticas em todas as etapas do processo decisório, nomeadamente através de uma política de acesso aos documentos. Assim, ultrapassa-se a divulgação de informação meramente factual e promocional.

Notas finais

O caso da UE ilustra e contribui de forma bastante útil para a revisão que importa fazer quando falamos de política(s) de informação, porque na verdade toda a estrutura e a

estratégia que foi sendo desenhada e implementada assentou numa dicotomia entre a informação que interessa a todos e a informação produzida e mantida dentro, no coração da Organização, qual "sangue" que circula e anima a atividade organizacional diária mas não está visível, é invisível do exterior. A informação que interessa a todos ou precisa de ser conhecida dos cidadãos, ou seja, necessita ser comunicada. Para tanto, quer os canais, quer a lógica adotada ao longo das diferentes fases, que tivemos ocasião de mapear no ponto anterior, vão além da dimensão informacional e convocam a vertente comunicacional, configurando a política de informação e comunicação da UE.

A abordagem da CI permite destrinçar esta subtil dicotomia, que esconde um dilema ínsito às organizações e instituições de ontem e de hoje: a tensão crítica entre a opacidade e a transparência; a informação orgânica de acesso limitado ou proibido e a informação orgânica eminentemente publicitável. Quem decide sobre o que é de uma e outra é a entidade produtora/possuidora que não está isenta de usar critérios de autoconservação certamente discutíveis, mas naturais e inevitáveis. Como lidar e equacionar este dilema crónico e ancestral é um desafio que não se coloca apenas à CI, coloca-se a outras ciências sociais, mas a que ela hoje parece ter ou dever ter melhores condições para enfrentar, tornando-se imprescindível.

Bibliografia

BRAMAN, Sandra – "The emergent global information policy regime". In BRAMAN, Sandra, ed. – *The emergent global information policy regime*. Houndsmills: Palgrave Macmillan, 2004.

BRAMAN, Sandra – "The unique characteristics of information policy and their US consequences". In BLAKE, V.; TJOUMAS, R., eds. – *Information literacies for the twenty-first century*. Boston: Hill, 1990.

BROWNE, Mairéad – "The field of information policy: I. fundamental concepts". *Journal of information science. 23: 4 (*1997) 261-275.

BROWNE, Mairéad – "The field of information policy: 2: redefining the boundaries and methodologies". *Journal of Information Science. 23: 4 (*1997) 339-351.

BURGER, Robert – *Information policy: a framework for evaluation and policy research*. Norwood: Ablex, 1993.

DE BRUYNE, Paul; HERMAN, Jacques; DE SCHOUTHEETE, Marc – *Dynamique de la recherche en sciences sociales: les pôles de la pratique méthodologique*. Paris: PUF, 1974.

DOTY, Phillip; WYLLYS, R. E. – *Introduction to public information policy* [em linha], actual. 11.02.2004. [Consult 27.07.2012]. <http://www.gslis.utexas.edu/~wyllys/ITIPMaterials/infopol.html>.

DURAN, Cheryl – "The role of LIS education". In McCLURE, Charles R.; HERNON, Peter, ed. – *Library and information science research: perspectives and strategies for improvement*. Norwood: Ablex, 1991.

EASTON, David – *Analyse du système politique*. Paris: Armand Colin, 1974.

FROHMANN, Bernd – "Taking Information Policy beyond Information Science: Applying the Actor Network Theory". In *Connectedness: Information, Systems, People, Organizations: Proceedings of the 23rd Annual Conference of the Canadian Association for Information Science, 7-10 June 1995, Edmonton, Alberta* [on line]. [Consult. 27.07.2012]. <http://www.ualberta.ca/dept/slis/cais/frohmann.htm>.

GÓMEZ, Maria Nélida González de – "Novos Cenários políticos para a informação". *Ciência da Informação*. 31: 1 (2002) 27-40.

LAW, John; HASSARD, John – *Actor network theory and after*. Oxford: Blackwell, 2005.

QUERMONNE, Jean-Louis – *Le système politique de l'Union européenne*. 6ème éd. Paris: Montchrestien, 2005.

ROWLANDS, Ian – "Information policy: complexity, scope and normative structure". In HORNBY, Susan; CLARKE, Zoë – *Challenge and change in the information society*. London: Facet, 2003.

ROWLANDS, Ian, – "Understanding information policy: concepts, frameworks and research tools". In ROWLANDS, Ian, ed. – *Understanding information policy*. London: Bawker Saur, 1997.

SILVA, Armando Malheiro da – *A informação: da compreensão do fenómeno e construção do objecto científico*. Porto: Afrontamento; CETAC, 2006.

TERRA, Ana Lúcia – *As políticas de informação e comunicação da União Europeia. Uma leitura diacrónica e exploratória no âmbito da Ciência da Informação*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2008.